

Apresentação

Free will and moral responsibility

Discussions about free will and moral responsibility are long traditions in Western Philosophy. These topics and their focus on causal determinism have been the object of increased interest since the second half of the last century, and currently, their developments have unfolded in so many different directions that the amount of literature is daunting. Still, there seem to be many paths yet to be explored beyond the opposition between free will and determination of action, and whether their compatibility or incompatibility may ground moral responsibility.

Nonetheless, it is undeniable that the compatibility problem has been the main focus of philosophers in discussions about free will. The issue can roughly be construed as whether free will and causal determination are compatible or incompatible. Incompatibilists usually conceive of free will as the ability to do otherwise, all else remaining the same, and they do not accept that it is compatible with causal determinism. On the other hand, compatibilists disagree although they may use different strategies. Some focus on the conception of free will, and others, for instance, on the idea that our interest in free will is based on its relevance to moral responsibility, therefore, it becomes more important to show the compatibility of moral responsibility with determinism, and they attempt to do just that.

The connection between free will and moral responsibility is not always explicitly spelled out, but the point of intersection concerns whether the agent deserves to be held responsible. It is crucial to distribute blame or praise only to the agents who deserve it, and many philosophers are persuaded that to deserve to be held accountable for an action, one must have had free will when one acted. Simply put, the agent must have been able to decide whether to perform that action or not. If the agent cannot make such a choice, if she can only act as she does, due to her action being causally determined, then incompatibilists, for instance, believe that she lacks free will,

therefore, she cannot be held responsible for her action. Hence, free will has been considered a necessary condition for moral responsibility by many, but not all, and this disagreement is at the core of the debate.

On the subject of moral responsibility, the approaches and focuses are diverse. In the second half of the 20th century, many theories presupposed a compatibilist view and moved away from the free will condition towards other attempts to unravel the grounds for holding an agent morally responsible. Some defend that such grounds depend on whether the action reflects their character, or quality of the will, or tracks the agent's reasons for the action, among other proposals.

Furthermore, some new discussions have arisen in the past decade; I highlight the recent interest in the controversial epistemic condition for moral responsibility, which requires that to be held responsible, the agent must be aware of the moral significance of her action. Additionally, fresh perspectives of the traditional discussions have been presented by feminist philosophers, who point out problems in the debate, such as asymmetries in moral responsibility attribution. One prominent name is Michelle Ciurria, who wrote *An Intersectional Feminist Theory of Moral Responsibility* and contributed to this Special Issue with the paper *Reclaiming Responsibility: An Ameliorative Proposal*.

Discussions about Free Will and Moral Responsibility, however, have had a much smaller place in Brazilian Philosophy than abroad. This Special Issue aims to contribute to the debate by propagating it and encouraging discussions on the topics, both traditional and recent ones. Additionally, it seeks to connect these discussions to the cutting-edge debate abroad.

In the Special Issue *Free Will and Moral Responsibility*, the published papers explore different aspects of the main theme, from the historical discussions about free will and its relevance to moral responsibility, as well as present more recent ideas that highlight novel aspects of the debate that intersect with epistemology, philosophy of mind, and political philosophy.

Apresentação

Livre-arbítrio e responsabilidade moral

As discussões sobre livre-arbítrio e responsabilidade moral são uma tradição de longa data na filosofia ocidental. Estes tópicos e o seu foco no determinismo causal têm sido objeto de interesse crescente desde a segunda metade do século passado e, recentemente, os seus desenvolvimentos desdobraram-se em tantas direções diferentes que a quantidade de literatura a respeito é enorme. Ainda assim, parece haver muitos caminhos por explorar para além da oposição entre livre-arbítrio e a determinação da ação, e se a sua compatibilidade ou incompatibilidade pode fundamentar a responsabilidade moral. Este número especial explora a diversidade de discussões dentro do tema.

O problema da compatibilidade foi o foco principal nas discussões filosóficas sobre o livre-arbítrio do século XX. De modo geral, a questão trata da compatibilidade, ou da incompatibilidade, entre o livre-arbítrio e a determinação causal. Dito de maneira breve, os incompatibilistas geralmente concebem o livre-arbítrio como a capacidade do agente de *agir de outro modo*, diferente de como de fato age no momento, tudo mais permanecendo igual. Portanto, eles não aceitam que essa capacidade seja compatível com o determinismo causal. Por outro lado, os compatibilistas discordam, aceitando a compatibilidade — embora possam utilizar estratégias distintas para defender a compatibilidade. Alguns centram-se em como a tal capacidade do agente pode ser compreendida, e outros, por exemplo, na ideia de que o nosso interesse no livre-arbítrio se baseia na sua relevância para a responsabilidade moral, assim, torna-se mais importante mostrar a compatibilidade da responsabilidade moral com o determinismo.

A ligação entre livre-arbítrio e responsabilidade moral nem sempre é explicitamente explicada, mas a conexão está no problema de se o agente merece ser responsabilizado. É uma questão sobre a justificação da atribuição de responsabilidade moral, pois é crucial distribuir culpa ou elogio apenas aos

agentes que os merecem, e muitas filósofas e filósofos estão persuadidos de que, para merecer ser responsabilizado por uma ação, é preciso ter livre-arbítrio ao agir. Simplificando, o agente deve ter sido capaz de decidir se executaria aquela ação ou não. Se o agente não puder fazer tal escolha, se ele puder apenas agir como age, devido à determinação causal de sua ação, então, os incompatibilistas, por exemplo, acreditam que lhe falta livre-arbítrio e, por isso, ele não pode ser responsabilizada por sua ação. Assim, o livre-arbítrio tem sido considerado uma condição necessária para a responsabilidade moral por muitos, mas não por todos, e este desacordo está no centro do debate tradicional.

No tema da responsabilidade moral, as abordagens e enfoques são diversos. Na segunda metade do século XX, muitas teorias pressupunham uma visão compatibilista e afastaram-se da condição do livre-arbítrio em direção a outras tentativas de desvendar os fundamentos para a responsabilização moralmente dos agentes. Alguns defendem que tais fundamentos dependem de a ação refletir seu caráter, ou sua qualidade da vontade, ou de acompanhar as razões do agente para a ação, dentre outras propostas.

Além disso, surgiram algumas novas discussões na última década. Destaco o recente interesse pela controversa condição epistêmica da responsabilidade moral, que exige que, para ser responsabilizado, o agente deve estar ciente [*aware*] do significado moral de sua ação. Além disso, novas perspectivas das discussões tradicionais têm sido apresentadas por filósofas feministas, que apontam problemas no debate, como assimetrias na atribuição de responsabilidade moral. Um nome proeminente é Michelle Ciurria, que escreveu o livro *An Intersectional Feminist Theory of Moral Responsibility* e contribuiu para este número especial com o artigo *Reclaiming Responsibility: An Ameliorative Proposal*.

As discussões sobre Livre-Arbítrio e Responsabilidade Moral, entretanto, têm tido um espaço menor na filosofia brasileira do que no exterior. Este número especial visa contribuir para fomentar o debate, divulgando-o e incentivando discussões sobre os temas, tanto tradicionais quanto de vanguarda. Os artigos publicados exploram diferentes aspectos do tema principal, desde as

discussões históricas sobre o livre-arbítrio e sua relevância para a responsabilidade moral, bem como apresentam ideias que destacam aspectos novos do debate que se conectam com a epistemologia, a filosofia da mente e a filosofia política.

Abrindo o número especial, no artigo *Reclaiming Responsibility: An Ameliorative Proposal*, Michelle Ciurria critica os dois modelos de responsabilização moral da redistribuição e da reabilitação, dando ênfase a como eles são empregados na realidade, e a como se distanciam da justiça social. Segundo a filósofa, a responsabilização, manifestada em atitudes reativas em relação ao agente, no caso da redistribuição, pretende que o agente se sinta jugado e sofra sanções. Já a responsabilização como reabilitação, toma o agente como um candidato a melhorias e à educação. Com esses modelos em mente e considerando que a realidade não é ideal – há injustiça e opressão –, Ciurria defende que a responsabilização moral precisa ser sensível às injustiças sociais. Portanto, ela propõe o “melhoramento” da responsabilidade moral para abordar as injustiças na responsabilização. Para tanto, seria preciso primeiro aprender a respeito e identificar casos em que a responsabilização envolve opressão, como na patologização do sofrimento das mulheres nas sociedades patriarcais, e dar destaque ao testemunho dos grupos oprimidos, para que a responsabilização seja responsiva às injustiças sociais em vez de replicá-las.

No segundo artigo, *O problema do livre-arbítrio e a (Im)Possibilidade do Progresso Filosófico*, Thiago Mateus Batista discute a questão do progresso filosófico a respeito do problema do livre-arbítrio. Partindo da denúncia de Searle de que esse problema filosófico seria escandaloso, por não ter havido progresso filosófico em relação a ele, o autor argumenta que nesse sentido, a discussão sobre o livre-arbítrio não é distinta das outras discussões da filosofia, pois a filosofia visa tratar de temas amplos e propor perspectivas totalizantes, diferentemente, por exemplo, da ciência. Uma perspectiva ampla, ou totalizante, acaba justamente na difícil posição de abarcar a visão científica e a do senso comum do mundo, que por vezes são irreconciliáveis, levando a conflitos duradouros. Por fim, a proposta de Dennett é apresentada como uma

possibilidade para unir nossa imagem cotidiana do livre-arbítrio com a imagem científica do mundo.

No artigo *Um Argumento Epistêmico Transcendental em Favor do Livre-Arbítrio*, Bruno Ribeiro Nascimento apresenta os desafios epistêmicos que se originam da afirmação da tese do determinismo causal. Seu argumento visa mostrar que, uma vez que tal tese é aceita, aspectos relevantes da agência epistêmica ficam comprometidos, a saber, a possibilidade do agente escolher realizar ações epistêmicas virtuosas. Como consequência, quem aceita o determinismo deve aceitar que, se o agente não o fez, ele não poderia ter empregado as virtudes epistêmicas e, portanto, não poderia ter sido epistemicamente responsável. Afinal, não estava aberta para ele a possibilidade de agir de maneira diferente de como agiu. Sendo assim, se a tese do determinismo for aceita, o autor nega a possibilidade até mesmo do raciocínio internista, considerando que, segundo ele, este exige responsabilidade epistêmica. Desse modo, Ribeiro visa motivar que a defesa do determinismo enfrenta um problema epistêmico intransponível.

Marcos Antonio Alves, em *Quantificação da Liberdade Moral a Partir de Uma Abordagem Informacional*, emprega a Teoria Matemática da Comunicação para propor a quantificação da liberdade moral de um agente numa situação, tomando como base a quantificação da informação em uma fonte. Para tanto, o autor aproxima a noção de quantidade da informação da noção de liberdade, que pressupõe alternativas de escolha para o agente. A liberdade é discutida a partir da perspectiva aristotélica, aceitando que ela é um requisito para a responsabilidade moral e rejeitando o determinismo. Contudo, considerando que um agente pode ser coagido a agir, o que reduz a sua liberdade, Alves aceita que a liberdade é gradual, assim como a responsabilidade. Como a possibilidade de escolha é central na discussão sobre ações, virtudes e vícios, o autor propõe a sua associação à teoria da quantidade de informação, pois a informação também envolve alternativas – i.e., mensagens alternativas –, bem como uma probabilidade de que cada alternativa ocorra. No caso da ação, estimar a sua probabilidade precisaria considerar as inúmeras possibilidades de ação e variações contextuais, resultando em um grau de liberdade.

Gillermo Sibilía, no artigo *Una Ética Contra el Fatalismo: Reflexiones en torno a la Libertad, la Virtud y la Utilidad Común en Spinoza*, afirma que Spinoza não é um fatalista. Para tanto, Sibilía discute a crítica spinozana à noção de providência tradicional na época, especialmente a de Descartes, expondo que Spinoza rejeita a ideia de que a vontade livre de necessidade faça parte da natureza divina. Segundo o autor, o filósofo holandês defende que a vontade de deus é o mesmo que as causas eficientes que produzem todas as coisas. Assim, a natureza de deus seria a produção necessária das coisas, o que permite a Sibilía explorar o problema da determinação natural. O autor explica que a virtude é compatível com o determinismo para Spinoza, pois a liberdade dos humanos é ser causa e afirmar-se nos efeitos produzidos pelas próprias ações. Portanto, Spinoza não adota o fatalismo, visto que o ser humano tem a possibilidade de agir sobre a realidade.

No artigo *Considerações Epistêmicas sobre o Condicionamento das Ações em Schopenhauer*, Dax Moraes discute a questão da compatibilidade entre a liberdade da vontade e o condicionamento das ações por motivos em Schopenhauer. Em sua leitura epistêmica, Moraes ressalta que nem sempre os agentes têm ciência dos motivos de suas ações – embora uma ação sem motivo seja um despropósito. O agente seria o fundamento da ação, pois age de acordo com o seu caráter, o que permite a avaliação moral da ação. A esse respeito, entretanto, Moraes ressalta que os motivos do agente vêm do seu caráter, bem como vêm das representações dos objetos no mundo, o que une moral e natureza. Assim toda ação aconteceria segundo motivos (mesmo que o agente nem sempre os conheça), mas é importante notar que, embora essas ações sigam a natureza, isso não significa, segundo Moraes, que não sejam livres. O autor aceita que não podemos conhecer a resposta para a questão sobre por que queremos algo; apenas podemos responder por que agimos, apontando a conexão geral entre motivo e ação. Contudo, Moraes afirma que os motivos são motivos para o agente, portanto, não é possível dizer que o agente é simplesmente levado a agir pelo mundo.

Em *Nietzsche e a Discussão sobre a Liberdade*, Leovan Morais Rodrigues Neto e João Evangelista Tude de Melo Neto defendem que Nietzsche rejeita as

noções de livre-arbítrio e de cativo-arbítrio, defendendo que tais conceitos se baseiam no engano comum de pensar no agente como causa em si. Para expor tal engano, os autores percorrem o argumento de Nietzsche contra o cogito cartesiano. Por fim, os autores aceitam que Nietzsche propõe abordar o tema da liberdade a partir de um novo termo, o fatalismo, segundo o qual o ser humano faz parte da necessidade do que foi e do que será.

Encerro agradecendo à Revista Perspectiva Filosófica, sem a qual este número não seria possível, e aos pareceristas que fizeram a avaliação duplo-cega dos manuscritos pelo zelo pela qualidade desta publicação. Aproveito para agradecer também às autoras e autores que submeteram seus artigos, especialmente à nossa convidada especial, Michelle Ciurria. Finalizo desejando a todas, todos e todes uma boa leitura.

Beatriz Sorrentino Marques
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Editora convidada